



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO OFICIAL

SEÇÃO I - PARTE II

DECRETO Nº 46 237 — DE 18 DE JUNHO DE 1959

ANO XVII — Nº 119

CAPITAL FEDERAL

QUINTA-FEIRA, 24 DE JUNHO DE 1973

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO

Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

PORTARIA Nº 221, DE 10 DE JUNHO DE 1976

Promove:

No Quadro de Pessoal, em extinção, do antigo Conselho Nacional de Geografia:

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Na série de classes de Cartógrafo, código P-1004, da classe A, nível 17, para a classe B, nível 13, a partir de:

Por merecimento:

31 de dezembro de 1973

1 — Maria Celeste Bastos de Andrade Balga, em vaga originária da

vacância do cargo ocupado por Lindalva Nogueira Hebril, declarada pela Portaria DG-QPEX n.º 323, de 1 de agosto de 1974.

Na série de classes de Desenhista, código P-1001, da classe B, nível 14, para a classe C, nível 16, a partir de:

Por antiguidade.

31 de março de 1976

1 — Mario Toval Conrado, em vaga originária da aposentadoria de Arnaldo de Mattos Cardoso.

Na série de classes de Porteiro, código GI-302, da classe A, nível 9, para a classe B, nível 11, a partir de:

Por merecimento:

30 de setembro de 1975

1 — Pedro Doma Filho, em vaga originária da aposentadoria de Joaquim Francisco da Silva. — Amaro da Costa Monteiro, Diretor-Geral, em Exercício.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE ESTRADAS DE RODAGEM

PORTARIA Nº 2.385, DE 15 DE JUNHO DE 1976

O Diretor-Geral do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, usando das atribuições que lhe confere o artigo 61, item (ns), do Regulamento do DNER, aprovado pela Portaria MT-26, de 13 de janeiro de 1975, publicada no Diário Oficial da

Diretoria de Pessoal

PORTARIAS DE 9 DE JUNHO DE 1973

O Diretor da Diretoria de Pessoal, usando da competência delegada pelo Sr. Diretor-Geral, através da Portaria n.º 668, de 23 de abril de 1971, publicada no Diário Oficial da União, de 5 de maio de 1971, resolve:

N.º 2.273 — Dispensar o Agente Administrativo Elizabeth Rodrigues Teixeira, matrícula n.º 1.639 — CLT, da função de substituta do Chefe da Seção de Atividades Auxiliares, da

União, de 24 de janeiro de 1975, resolve:

Designar o Engenheiro Francisco Ostritz, matrícula n.º 1.049.984, para exercer a Função Integrante das Categorias de Assistência Intermediária, código DAI-112.3 (NS), de Assistência da Diretoria de Trânsito. — Adhumar Ribeiro da Silva.

Diretoria de Pessoal, em seus impedimentos eventuais.

N.º 2.277 — Designar o Agente Administrativo Maria Etália Loyola Machado, matrícula n.º 71.028 — CLT, para substituir o Chefe da Seção de Atividades Auxiliares, código DAI-111.1 (GA), da Diretoria de Pessoal, em seus impedimentos eventuais. — Procurador: Mauricio Couto César.

SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DA MARINHA MERCANTE

PORTARIAS DE 4 DE JUNHO DE 1976

O Superintendente Nacional da Marinha Mercante, no uso das atribuições que lhe confere o capítulo IV artigo 25, item V do Regimento Interno,

N.º 102, resolve remover, "ex officio" de acordo com o artigo 56, item II da Lei número 1.711, de 28 de outubro de 1952 combinado com o artigo 18, item II, do Decreto n.º 53.481, de 23 de 1961, o Agente Administrativo — SA-801.4 Osvaldo Laguna Cardoso, matrícula n.º 239, do Escritório desta Superintendência em Brasília para esta Sede.

N.º 103, resolve dispensar, a pedido, o Agente Administrativo SA-801.4 Ariauito Alves de Carvalho, da função gratificada, Símbolo 9-F, de Chefe da Seção de Compras, da Divisão do Material, da Diretoria de

Administração desta Superintendência. — Manoel Abud, Superintendente.

PORTARIAS DE 7 DE JUNHO DE 1973

O Superintendente Nacional da Marinha Mercante, no uso das atribuições que lhe confere o capítulo IV, artigo 25, item V do Regimento Interno,

N.º 101 — Resolve conceder aposentadoria, de acordo com os artigos 191, item III, parágrafo único e 102, item I alínea "a", da Constituição, a Maria Lúcia da Costa Mouron matrícula n.º 2.127, no cargo de Agente Administrativo — SA-801.4, do Quadro de Pessoal — Parte Permanente, desta Superintendência, de conformidade ainda com o disposto no Decreto número 72.771, de 6 de setembro de 1973. (Processo n.º M-76-10.536).

MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES

N.º 105 — Resolve conceder aposentadoria, de acordo com os artigos 191, item III e 102, item I, alínea "a" da Constituição a Amaury de Campos Ribeiro matrícula n.º 1.686, no cargo de Agente Administrativo — SA-801.4, do Quadro de Pessoal — Parte Permanente, desta Superintendência, de conformidade com o disposto no Decreto n.º 72.771, de 6 de setembro de 1973. (Processo número A-76-11.076).

N.º 106 — Resolve aposentar, de acordo com o artigo 176, item III, da Lei n.º 1.711, de 28 de outubro de 1952, combinado com o artigo 178, item III, da mesma Lei e artigos 101, item I e 102, item I, alínea "b" da Constituição a Altamiro Serezo, matrícula n.º 1.916, no cargo de Agente Administrativo — SA-801.4 do Quadro de Pessoal — Parte Permanente, desta Superintendência, a partir de 17 de maio de 1976, de conformidade ainda com o disposto no Decreto número 72.771, de 6 de setembro de 1973.

N.º 107 — Resolve aposentar, de acordo com o artigo 176, item III, da Lei n.º 1.711, de 28 de outubro de 1952, combinado com o artigo 178, item III, da mesma Lei e artigos 101, item I e 102, item I, alínea "b" da Constituição, a Ubiratan Ramos de Macedo Souza, matrícula n.º 738, no cargo de Agente de Portaria TP-1202.2, do Quadro de Pessoal — Parte Permanente, desta Superintendência, a partir de 18 de maio de 1976, de conformidade ainda com o disposto no Decreto n.º 72.771, de 6 de setembro de 1973.

N.º 108 — Resolve aposentar, de acordo com o artigo 176, item III, da Lei n.º 1.711, de 28 de outubro de 1952, combinado com o artigo 178, item III, da mesma Lei e artigos 101, item I e 102, item I, alínea "b" da Constituição, a Giovana Oliveira Lima, matrícula n.º 295 no cargo de Agente Administrativo SA-801.3 do Quadro de Pessoal — Parte Permanente, de-

ta Superintendência, a partir de 20 de maio de 1970, de conformidade ainda com o disposto no Decreto número 72.771, de 6 de setembro de 1973. — Manoel Abud, Superintendente.

PORTARIAS DE 10 DE JUNHO DE 1976

O Diretor-Executivo da Superintendência Nacional da Marinha Mercante, no uso da competência delegada pela Portaria n.º 261, de 3 de outubro de 1973, do Sr. Superintendente e tendo em vista o constante do capítulo IV, artigo 25, item V do Regimento Interno,

N.º 109 — Resolve, para efeito do disposto nos artigos 72 e 43, § 2º, do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União, revogar a Portaria número 2.788, de 11 de março de 1963, que designou o Agente de Portaria TP-1202.4, Hericlio do Espírito Santo, substituto do Encarregado da Turma de Zeladoria, da Divisão de Serviços Gerais, da Diretoria de Administração desta Superintendência e designar o Agente de Portaria TP-1202.2, João Rodrigues da Fátima, substituto do Encarregado da Turma de Zeladoria, da mesma Divisão daquela Diretoria.

O Superintendente Nacional da Marinha Mercante, no uso das atribuições que lhe confere o capítulo IV, artigo 25, item V, do Regimento Interno,

N.º 110 — Resolve designar o Agente de Portaria TP-1202.4, Hericlio do Espírito Santo, para exercer a função gratificada, Símbolo 9-F, de Encarregado da Turma de Zeladoria, da Divisão de Serviços Gerais, da Diretoria de Administração desta Superintendência, na vaga decorrente do falecimento do servidor Euclides Pereira da Silva Júnior.

N.º 111 — Resolve, aposentar, de acordo com o artigo 176, item III, da Lei n.º 1.711, de 28 de outubro de 1952, combinado com o artigo 178, item III, da mesma Lei e artigos 101, item I e 102, item I, alínea "b" da Constituição a Avelino Ferreira Filho, matrícula n.º 278, no cargo de Agente Administrativo SA-801.4 do Quadro de Pessoal — Parte Permanente, des-

HORARIO DA REDAÇÃO
O local de redação funciona de segunda-feira a sexta-feira do público, das 11 às 17 horas.

Originals

As Resoluções Públicas deverão ser enviadas ao Diretor do Departamento de Imprensa Nacional até as 17 horas, o expediente distribuído no dia seguinte.

Os originais para publicação deverão ser autenticados, com o selo datilográfico direto, em espaço dois, em papel sulfiteado ou apergaminhado, medido no máximo 22 x 30 cm, sem emendas ou rasuras. Serão admitidas cópias em tinta preta e indelével, a critério do D.I.N.

Os originais encaminhados à publicação não serão restituídos às partes, ainda que não publicados.

Reclamações

As reclamações pertencentes à matéria distribuída, nos casos de erro na concessão, deverão ser formuladas por escrito ao Setor de Reclamações, até o quinto dia útil subsequente à publicação.

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

EXPEDIENTE

DIRETOR-GERAL

ALBERTO DE BRITO PEREIRA

DIRETOR DA DIVISÃO DE PUBLICAÇÕES
J. B. DE ALMEIDA CARNEIRO

CHEFE DO SERVIÇO EDITORIAL
MARIA LUZIA DE MELLO

DIÁRIO OFICIAL

SEÇÃO I - PARTE II

Órgão destinado à publicação dos atos da administração descentralizada (Impresso nas oficinas do Departamento de Imprensa Nacional)

BRASILIA

ASSINATURAS

Table with columns: REPARTIÇÕES E PARTICULARS, FUNCIONÁRIOS, Semestral, Anual, Exterior. Values include Cr\$ 85.00, Cr\$ 165.00, Cr\$ 240.00, Cr\$ 65.00, Cr\$ 125.00, Cr\$ 195.00.

PORTE AEREO

A ser contratado separadamente com a Delegacia Regional da E.C.T. (Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos) em Brasília

NUMERO AVULSO

- O preço do número avulso figura na última página de cada exemplar.
O preço do exemplar atrasado será acrescido de Cr\$ 0,50 por ano, se de exercícios anteriores.

Assinaturas

As assinaturas para o exterior terão anuais.

As assinaturas vencidas serão suspensas sem prévio aviso.

Para evitar interrupção na publicação dos órgãos oficiais, a renovação de assinatura deve ser solicitada com trinta (30) dias de antecedência.

As assinaturas das Resoluções Públicas serão anuais e deverão ser renovadas até 31 de março.

Os Suplementos às edições dos órgãos oficiais só serão remetidos aos assinantes que solicitarem no ato da assinatura.

Os pedidos de assinaturas de servidores devem ser encaminhados com comprovante de sua situação funcional.

Remessa de Valores

A remessa de valores deverá ser feita mediante Ordem de Pagamento, por cheque, através do Banco do Brasil, a favor do Tesoureiro do Departamento de Imprensa Nacional, acompanhada de esclarecimentos quanto à sua aplicação.

Superintendente Nacional da Marinha Mercante, no uso das atribuições que lhe confere o capítulo IV, artigo 25, item V do Regulamento Interno e tendo em vista os termos dos Decretos, números 64.553, de 29 de março de 1969 e 66.597, de 20 de maio de 1970.

Resolve dispensar Vera Maria de Carvalho Melsiana, da função de "Assistente-Adjunto" desta Superintendência, com a Gratificação de Representação de Gabinete no valor mensal de Cr\$ 1.100,00 (um mil cento e noventa cruzeiros), para a qual foi designada pela Portaria número 257, de 22 de setembro de 1975.

Resolve dispensar a Sra. Maria Aparecida Pereira da Silva, da função de "Assistente-Adjunto" desta Superintendência, com a Gratificação de Representação de Gabinete no valor mensal de Cr\$ 1.100,00 (um mil cento e noventa cruzeiros), para a qual foi designada pela Portaria número 222, de 27 de junho de 1975.

Resolve dispensar o pedido, a partir de 1 de junho de 1976, o Agente Administrativo SA-301.4, Zuleika Neves Ferraço do Grupo "B" de Fiscalização, da Divisão de Fiscalização, da Diretoria de Engenharia desta Superintendência.

Resolve dispensar o pedido Ad. Administrativo SA-301.3, Gabriel Mesquita Fernandes, para exercer a função gratificada, Símbolo 3-1, do

Grupo "B" de Fiscalização, dispensa, a pedido, do Agente Administrativo SA-301.4, Zuleika Neves Ferraço, da Divisão de Engenharia desta Superintendência, na vaga decorrente da

MINISTERIO DA INDUSTRIA E DO COMERCIO

INSTITUTO DO ACUCAR E DO ALCOOL

Conselho Deliberativo

RESOLUÇÃO Nº 2.057, DE 8 DE JUNHO DE 1976

Assunto - Modifica o art. 42 da Resolução 2.057, de 23 de maio de 1976.

O Conselho Deliberativo do Instituto do Açúcar e do Alcool, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, resolve:

Art. 1º O art. 42 da Resolução número 2.056, de 23 de maio de 1976, que aprovou o Plano da Seta de 1976-77, passa a ter o seguinte teor:

Art. 42. Todo açúcar comercializado em um trânsito no mercado interno deverá estar acondicionado em sacaria nova de algodão.

Parágrafo único. São permitidas, excepcionalmente, a instalação de sacaria, uma única vez, ocasionadas por instalações que foram autorizadas pelo Ministério do IAA.

Art. 5º A presente Resolução vigorará a partir de 1º de junho de 1976, com exceção das disposições que se referem ao período de validade do contrato.

Sala dos Secretários do Conselho Deliberativo do Instituto do Açúcar e do Alcool, aos oito dias do mês de junho do ano da mil novecentos e setenta e seis. - Gen. Altair F. Torres Castro, Presidente.

Requerente: Refinação Paulista S. A. (Usina Tamoiá)

Requerida: Primeira Comissão de Conciliação e Julgamento
Processo: A.I. 100-71 - Estado de São Paulo

Lanção do pesagem do caldo misto. Obrigação de instalação. Infração do art. 13 do Decreto-lei nº 18, de 11.8.63. Auto de infração precedente.

ACORDÃO Nº 001

Vistos, relatados e discutidos estes autos em que é recorrente a Refinadora Paulista S. A., proprietária de Usina Tamoiá, sita no Município de Anapuã, Estado de São Paulo, por infração ao artigo 13, do Decreto-lei nº 18 de 10.8.1963, sendo Recorrida a Primeira Comissão de Conciliação e Julgamento do Instituto do Açúcar e do Alcool.

Considerando que o Decreto-lei número 18, editado em 1963, obrigou as usinas a instalar balanças automáticas de pesagem de caldo misto, a partir de 1º de maio de 1964;

Considerando que as dificuldades inerentes para a instalação das balanças automáticas foram superadas desde a data de 1964; sendo certo que instalaram usinas de pesagem e equipamento autorizado pela indústria nacional;

Considerando que são infundadas as razões formuladas no recurso, por infração, para se eximir do cumprimento da obrigação legal;

Considerando as personalidades dos órgãos técnicos e jurídicos do Instituto,

Acordam, por maioria, os membros do Conselho Deliberativo do Instituto do Açúcar e do Alcool, de acordo com o Sr. Relator, em negar provimento ao recurso voluntário, para confirmar a decisão de infração, que condenou a Usina autuada ao pagamento da multa prevista no § 2º, do artigo 13, do Decreto-lei 18-63. Requeiro e cumprido.

Sala das sessões do Conselho Deliberativo do Instituto do Açúcar e do Alcool, aos sete dias do mês de junho do ano da mil novecentos e setenta e seis. - Altair F. Torres Castro, Presidente. - Francisco de Assis de Almeida Pereira, Relator.

Foi presente - Sem embargo - Rodrigo de Queiroz Lima, Procurador-Geral.

Faço o Dr. Procurador-Geral de acordo.

Pelo não provimento do recurso voluntário, nos termos dos pareceres da Direção Jurídica.

Em 7.4.76. - Rodrigo de Queiroz Lima.

Autuada: Cia. Açucareira Rio-Itanqueense - Usina São João
Requerente: 3ª Comissão de Conciliação e Julgamento

Processo: A. I. 100-71 - Estado de Minas Gerais

Recurso "ex officio". São desprovidos para considerar procedente o auto lançado, face à prova material da infração cometida.

ACORDÃO Nº 892

Vistos, relatados e discutidos estes autos em que é Autuada a Cia. Açucareira Rio-Itanqueense, proprietária da Usina São João, sita no Município de Várzea do Rio Branco, Estado de Minas Gerais, por infração aos artigos 2º e 3º, da Lei 4.071-62 c.c. o artigo 11 da Lei 6070-63, sendo Recorrida a Terceira Comissão de Conciliação e Julgamento do Instituto do Açúcar e do Alcool



Considerando que a Cia. Açúcar e Alcool Bandeirantes, proprietária da Usina São João, foi autuada por não ter pago aos seus fornecedores de cana, apesar de notificada, a importância de Cr\$ 198.026,33, correspondente nos reajustes de preços de canas recebidas nas safras 1970-71, 1971-72 e 1972-73;

Considerando que após 43 dias da Notificação feita à usina autuada para recolher os seus débitos para com os fornecedores, foi que a fiscalização lavrou o auto de infração sob julgamento;

Considerando, assim, que a autuada tem prazo mais que suficiente para efetuar o referido pagamento;

Considerando, ainda, que a infração está provada nos autos, pelo Termo de Is. 3, e confessada pela própria infratora;

Considerando tudo o mais que dos autos consta;

Acordam, por unanimidade, os membros do Conselho Deliberativo do Instituto do Açúcar e do Alcool, em dar provimento ao recurso "ex officio", para, reformando-se a decisão de primeira instância, condenar a infratora às penalidades legais, nos termos dos pareceres da Divisão Jurídica e Procuradoria-Geral. Registre-se e cumpra-se.

Sala das sessões do Conselho Deliberativo, do Instituto do Açúcar e do Alcool, aos sete dias do mês de junho do ano de mil novecentos e setenta e seis. — **Alvaro Tavares Carneiro**, Presidente — **Augusto Cesar de Vasconcelos**, Relator.

Ful presente. — **Rodrigo de Queiroz Lima**, Procurador-Geral.

Parecer do Dr. Procurador-Geral

"De acordo com os pareceres da Divisão Jurídica que opinaram pelo provimento do recurso de ofício.

Em 1.9.75. — **Rodrigo de Queiroz Lima**".

Recurso: Açúcar e Alcool Bandeirantes S.A. (Usina Bandeirantes)
 Recorrida: Primeira Comissão de Conciliação e Julgamento
 Processo: A. I. 303-75 — Estado de São Paulo

Não é de se receber recurso apresentado fora do prazo regulamentar.

ACÓRDÃO Nº 603

Vistos, relatados e discutidos estes autos em que o Recorrente Açúcar e Alcool Bandeirantes S.A., proprietária da Usina Bandeirantes, sita no Município de Bandeirantes, Estado do Paraná, por infração ao artigo 51, parágrafo 3º, da Lei nº 4.870 de 1º de dezembro de 1965, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 1º, letra "c", do Decreto-lei nº 16, de 10 de agosto de 1961, sendo Recorrida a Primeira Comissão de Conciliação e Julgamento do Instituto do Açúcar e do Alcool;

Considerando que o recurso interposto pela Usina Bandeirantes deu entrada neste Instituto em data posterior à estipulada na legislação específica, estando, portanto fora do prazo regulamentar;

Considerando, assim, que o referido recurso é intempestivo;

Considerando tudo o mais que dos autos consta

Acordam, por maioria, os membros do Conselho Deliberativo do Instituto do Açúcar e do Alcool, de acordo com o voto do Sr. Relator, em decidir pelo não recebimento do recurso voluntário, por intempestivo. Registre-se e cumpra-se.

Sala das sessões do Conselho Deliberativo do Instituto do Açúcar e do Alcool, aos sete dias do mês de junho do ano de mil novecentos e setenta e seis. — **Alvaro Tavares Carneiro**, Presidente — **José Gonçalves Carneiro**, Relator.

Ful presente — Sem embargos — **Rodrigo de Queiroz Lima**, Procurador-Geral.

Parecer do Dr. Procurador-Geral
 De acordo com o parecer de fls. 10-14 desta Divisão; pelo conhecimento e não provimento do recurso in-

terposto pela Usina Bandeirantes S.A., para o fim de não receber os autos e suas peças, o recurso apresentado em 2.9.75, às fls. 23 do AI 303-75, não.

Em 1.9.75. — **Rodrigo de Queiroz Lima**.

SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS
PORTARIA Nº 109, DE 10 DE JUNHO DE 1976

O Superintendente da Superintendência de Seguros Privados, no uso de suas atribuições legais, resolve:

Revogar as seguintes Portarias:

- Nº 25-A, de 27 de julho de 1957, publicada no Diário Oficial de 22 de agosto de 1957;
- Nº 34, de 26 de agosto de 1957, publicada no Diário Oficial de 3 de outubro de 1957;
- Nº 34, de 23 de agosto de 1957, publicada no Diário Oficial de 3 de outubro de 1957;
- Nº 36, de 23 de agosto de 1957, publicada no Diário Oficial de 3 de outubro de 1957;
- Nº 73, de 6 de março de 1958 publicada no Diário Oficial de 19 de março de 1958;
- Nº 76, de 7 de março de 1958, publicada no Diário Oficial de 22 de março de 1958;
- Nº 69, de 13 de março de 1958, publicada no Diário Oficial de 27 de março de 1958;
- Nº 81, de 20 de março de 1958, publicada no Diário Oficial de 2 de abril de 1958;

Nº 108, de 7 de maio de 1959, publicada no Diário Oficial de 21 de maio de 1959;

Nº 119, de 22 de maio de 1959, publicada no Diário Oficial de 31 de maio de 1959;

Nº 121, de 7 de junho de 1959, publicada no Diário Oficial de 11 de junho de 1959;

Nº 123, de 1 de junho de 1959, publicada no Diário Oficial de 11 de junho de 1959;

Nº 126, de 16 de dezembro de 1959, publicada no BS de 17 de janeiro de 1960;

Nº 21, de 23 de fevereiro de 1960, publicada no BS de 4 de março de 1960;

Nº 103, de 29 de setembro de 1960, publicada no Diário Oficial de 8 de outubro de 1960;

Nº 53, de 23 de abril de 1970, publicada no Diário Oficial de 3 de maio de 1970;

Nº 132, de 16 de agosto de 1970, publicada no Diário Oficial de 27 de agosto de 1970;

Nº 23, de 14 de fevereiro de 1974, publicada no Diário Oficial de 3 de março de 1974;

Nº 62, de 14 de maio de 1974, publicada no Diário Oficial de 21 de maio de 1974;

Nº 102, de 17 de julho de 1975, publicada no DP de 25 de julho de 1975; e

Nº 7, de 14 de janeiro de 1976, publicada no BS de 19 de janeiro de 1976.

2. A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação. — **Alpho Amaral**.

MINISTERIO DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO
 Resolução nº 66, de 1975
PORTARIA Nº 1.211, DE 15 DE JUNHO DE 1976

O Presidente do Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado, usando das atribuições que lhe confere o artigo 17 do Decreto-lei nº 2.865, de 13 de dezembro de 1940 e considerando, o disposto na Instrução nº 63-72, resolve:

Designar Francisco Ferreira de Sousa, Agente da Portaria, Classe "B", Código TP-1202, matrícula número 2.245.475, ponto nº 3.320, para substituir, nos impedimentos eventuais, o titular da Função Código DAI-111.1, do Chefe da Seção Administrativa, do Gabinete (PA), da Presidência (P), do Quadro Permanente do IPASE, em caráter excepcional enquanto houver insuficiência de servidores ocupantes de cargos e empregos integrantes da Lotação da Categoria Funcional correlata com a referida função, de acordo com o Decreto nº 78.678, de 26 de novembro de 1975, Diário Oficial de 23 subsequente (Processo nº 3.738-70). — **Walter Borges Gracioso**, Presidente.

ORDENS INTERNAS DE SERVIÇO (SEP), DE 13 DE MAIO DE 1976

O Superintendente Local do IPASE do Estado de São Paulo (SP), usando das atribuições que lhe conferem as Instruções números 25-53 e 55-72, resolve:

Nº 86 — Designar Américo de Araújo Neves da Silva, Médico, Classe "A", Código NS-301.4, matrícula nº 2.117.592, ponto nº 1.476, para substituir, nos impedimentos eventuais, o titular da Função Gratificada DAI-111.2, de Chefe do Serviço de Assistência, da Superintendência Local no Estado de São Paulo (SEP), do Quadro Permanente do IPASE.

Nº 87 — Designar Alípio Gomes Ribeiro, Agente Administrativo, 5-D, Código 101, matrícula nº 1.361.953, ponto nº 1.930, para substituir, nos impedimentos eventuais, o titular da Função Gratificada DAI-111.1, de Chefe da Seção Administrativa, do Serviço de Assistência, da Superintendência Local no Estado de São Paulo (SEP), do Quadro Permanente do IPASE.

Nº 88 — Designar Adalva Pires Ferreira de Sá, Agente Administrativo, 5-D, Código SA-501, matrícula nº 1.524.000, ponto nº 1.014, para substituir, nos impedimentos eventuais, o titular da Função Gratificada DAI-111.1, de Chefe da Seção de Instrução e Habilitação, do Serviço de Previdência Social, da Superintendência Local no Estado de São Paulo (SEP), do Quadro Permanente do IPASE.

Nº 89 — Designar Jupira Prestes, Agente Administrativo, 4-C, Código 661, matrícula nº 2.117.163, ponto nº 5.193, para substituir, nos impedimentos eventuais, o titular da Função Gratificada DAI-111.1, de Chefe da Seção de Controle, Bancário e Apuração Diversas, do Serviço de Previdência Social, da Superintendência Local no Estado de São Paulo (SEP), do Quadro Permanente do IPASE.

Nº 91 — Designar Izabel Marçal Alvim, Agente Administrativo, 4-C, Código SA-501, matrícula número 2.089.615, ponto nº 4.023, para substituir, nos impedimentos eventuais, o titular da Função Gratificada DAI-111.1, de Chefe da Seção de Material, do Serviço de Administração, da Superintendência Local no Estado de São Paulo (SEP), do Quadro Permanente do IPASE.

Nº 92 — Designar Geralda de Moraes, Agente Administrativo, 5-D, Código SA-501, matrícula número 1.524.423, ponto nº 3.445, para substituir, nos impedimentos eventuais, o titular da Função Gratificada DAI-111.2, de Chefe do Serviço de Travi-

gação Social, da Superintendência Local no Estado de São Paulo (SEP), do Quadro Permanente do IPASE.

Nº 93 — Designar Aparecida Barbas Silva, Agente Administrativo, 5-D, Código SA-501, matrícula número 1.524.402, ponto nº 1.000, para substituir, nos impedimentos eventuais, o titular da Função Gratificada DAI-111.1, de Chefe da Seção de Serviços Gerais, do Serviço de Pessoal, da Superintendência Local no Estado de São Paulo (SEP), do Quadro Permanente do IPASE.

Nº 97 — Designar Rosemar Pereira, Agente Administrativo, 5-D, Código SA-501, matrícula nº 1.524.427, ponto número 7780, para substituir, nos impedimentos eventuais, o titular da Função Gratificada DAI-111.2 de Agente da Agência do IPASE em Loreto, no Estado de São Paulo (SEP), do Quadro Permanente do IPASE.

Nº 98 — Designar Rosalina Garcia Fuggiero, Agente Administrativo, 6-E, Código SA-501, matrícula número 1.721.576, ponto nº 8163, para substituir, nos impedimentos eventuais, o titular da Função Gratificada DAI-111.2, de Agente da Agência do IPASE em Itabellito P.eto, no Estado de São Paulo (SEP), do Quadro Permanente do IPASE.

Nº 100 — Designar Orlando de Mello e Albuquerque, Agente Administrativo, 6-E, Código SA-501, matrícula número 1.521.205, ponto número 731, para substituir, nos impedimentos eventuais, o titular da Função Gratificada DAI-111.1, de Chefe da Seção de Administração do Bens, do Serviço de Administração, da Superintendência Local no Estado de São Paulo (SEP), do Quadro Permanente do IPASE.

Nº 101 — Designar Nise Sandomeni Zardella, Agente Administrativo, 5-D, Código SA-501, matrícula nº 1.361.922, ponto número 7021, para substituir, nos impedimentos eventuais, o titular da Função Gratificada DAI-111.1, de Chefe da Seção de Pagamento, do Serviço de Pessoal, da Superintendência Local no Estado de São Paulo (SEP), do Quadro Permanente do IPASE.

Nº 102 — Designar Maria Personini, Agente Administrativo, 6-E, Código SA-501, matrícula nº 1.507.360, ponto número 6.423, para substituir, nos impedimentos eventuais, o titular da Função Gratificada DAI-111.1, de Chefe da Seção de Controle e Assistência Médico-Social, do Serviço de Pessoal, da Superintendência Local no Estado de São Paulo (SEP), do Quadro Permanente do IPASE.

Nº 103 — Designar Maria Celso de Jesus Silva, Agente Administrativo, 5-D, Código SA-501, matrícula número 1.974.318, ponto número 6931, para substituir, nos impedimentos eventuais, o titular da Função Gratificada DAI-111.1, de Chefe da Seção de Cadastro, Lotação e Legislação do Serviço de Pessoal, da Superintendência Local no Estado de São Paulo (SEP), do Quadro Permanente do IPASE.

Nº 110 — Designar Angélica Parcinetti Calheiros, Agente Administrativo, 4-C, Código SA-501, matrícula número 2.117.124, ponto nº 1.523, para substituir, nos impedimentos eventuais, o titular da Função Gratificada DAI-111.1, de Chefe da Seção de Arrecadação, do Serviço de Contribuição e Finanças, da Superintendência Local no Estado de São Paulo (SEP), do Quadro Permanente do IPASE.

ORDEN INTERNA DE SERVIÇO Nº SAC-07, DE 17 DE MAIO DE 1976

O Diretor do Sanatório Amélio Carneiro, usando das atribuições que lhe conferem as Instruções nºs 28-53 e 55-72, resolve:

Designar a servidora Zilda Moller Carvalho, Agente Administrativo SA-501-B.25, matrícula 1.053.174, Ponto 6.832, para substituir, nos impedimentos eventuais, o titular da Função Gratificada DAI-111.1, de Chefe da Seção de Comunicações (AC) do Serviço de Atividades Auxiliares do Sanatório Amélio Carneiro (SAC), do Quadro Permanente do IPASE.

BANCO DO BRASIL S. A.

- (533 Agências no País e 13 no Exterior) -
 Inscrito no Cadastro Geral de Contribuintes sob o nº 03990009/0001
 BALANÇO DE 31 DE MAIO DE 1976
 Da Direção Geral e Agências no País

A T I V O		Cr\$	
DISPONÍVEL		702.060.963,05	
REALIZÁVEL			
Empréstimos			
Da Carteira de Crédito Geral			
À produção	47.819.420.644,05		
À comércio	10.555.237.782,56		
À atividades não especificadas	13.120.675.729,78		
À Tesouro Nacional - operações anteriores à Lei 4.595/64	3.403.196.636,62		
À governos estaduais e municipais	1.580.141.010,12		
À autarquias	1.792.418.953,00		
À instituições financeiras	159.235.120,00	70.438.561.578,11	
Da Carteira de Crédito Rural			
À produção	66.426.691.022,63		
À comércio	4.512.641.941,99	70.939.523.024,62	
Da Carteira de Comércio Exterior			
À produção	1.686.766.093,08		
À comércio	83.445.569,53		
Vinculados ao fundo de financiamento à exportação - FINEX	4.695.454.699,88	6.085.753.367,49	
Da Carteira de Câmbio			
À produção	602.301.674,59		
À comércio	573.040.844,38		
À atividades não especificadas	731.637.760,79	2.156.900.249,75	158.200.818.270,00
Outros Créditos			
Banco Central, recolhimento compulsório	2.956.029.247,38		
Banco Central, outras contas	16.470.751.743,41		
Tesouro Nacional - reajustamento da dívida pecuniária e outras responsabilidades da União	7.041.145.917,31		
Carteira de Comércio Exterior:			
De ordem e conta do Governo Federal:			
Compra e venda de produtos agrícolas	409.977.387,03		
Compensação de cobrança - sua remessa	214.046.483,63		
Compensação - nossa remessa	6.977.513.951,32		
Compensação - a receber	172.018.720,92		
Compensação - a devolver	67.136.908,75		
Cheques a receber, em trânsito	728.294.574,09		
Adiantamentos sobre cambiais e contratos de câmbio	3.555.567.809,39		
Créditos em liquidação	706.116.191,89		
Correspondentes no país	5.624.354,22		
Departamentos e correspondentes no exterior - em moeda estrangeira	17.322.361.579,03		
Departamentos e correspondentes no exterior - em moeda nacional	28.073.742,01		
Outras contas vinculadas a câmbio	10.167.901.770,98		
Outras contas	10.490.244.756,83	78.116.405.151,19	
FISET - Aplicações		1.372.308.221,80	
Aplicações do programa de formação do PASEP	7.438.602.525,93		
PASEP - Recursos transferidos para o BNDE (Lei complementar nº 19, de 25.06.74)	6.456.698.048,56		
PASEP - Provisões diversas	559.456.029,51	14.454.756.604,00	93.943.469.976,99
Valores e Bens			
Títulos à ordem do Banco Central	2.983.875.703,42		
Títulos federais	140.419.531,74		
Capital e reservas das agências no exterior	830.800.746,43		
Agências no exterior, resultados à disposição da Direção Geral	785.062.781,50		
Outros valores em moedas estrangeiras	11.206.133,22		
Demais valores	861.875.007,88	5.613.239.904,19	
Bens		134.041.213,20	5.747.281.117,39
			257.891.569.364,38
IMOBILIZADO			
Imóveis de uso		2.265.060.995,62	
Imóveis e utensílios		437.081.944,06	
Almoarifado		218.743.416,05	
Sistemas de comunicação; mecanização avançada e segurança		175.621.596,55	3.096.507.953,28
RESULTADO PENDENTE			
			5.528.052.697,41
CONTAS DE COMPENSAÇÃO			
			114.824.193.769,71
			382.043.214.747,63

F A S S I V O

Cr\$

NÃO EXIGÍVEL

Capital			11.520.000,00	
Reservas e Fundos:				
Fundo de reserva legal	1.428.544.099,31			
Fundo de reserva	1.601.059.138,37			
Fundo de amortização de imóveis, móveis e utensílios	1.764.009.020,51			
Fundo de reservas especiais	2.793.693.894,27			
Fundo de reserva de risco em operações de câmbio	218.066.945,37			
Fundo de incentivo à pesquisa técnico-científica	65.368.819,86			
Fundo de reserva para manutenção de capital de giro	1.958.882.166,00			
Fundo de provisão para devedores duvidosos	738.500.000,00			
Fundo de indenizações trabalhistas	87.608.012,53			
		10.640.752.996,82		22.166.758.996,82

EXIGÍVEL

Depósitos				
A vista e a curto prazo:				
Do público		24.417.040.193,36		
De domiciliados no exterior		4.453.161,05		
De instituições financeiras:				
Bancos	2.226.894.333,15			
Outras instituições financeiras	1.559.524.019,39	3.816.358.352,54		
Do Tesouro Nacional:				
Operações anteriores à Lei 4.595/64	7.604.445.547,98			
Governo Federal, obrigações em moedas estrangeiras por empréstimos contraiídos	3.127.257.236,82			
Outras contas	29.913.053.802,78	39.644.765.987,58		
De governos estaduais e municipais		2.108.227.460,46		
De autarquias:				
Banco Central, suprimentos especiais	1.403.595.539,69			
Outras autarquias	3.113.939.869,03	4.517.537.402,72		
De sociedades de economia mista		2.066.378.091,20		
De empresas públicas		955.404.059,07	72.530.164.707,96	
A média prazo:				
Do público				
Com correção monetária	514.161.741,46			
Outros depósitos	3.346.228,27	517.507.969,73		
De entidades públicas:				
Com correção monetária	3.309.745.447,13			
Outros depósitos	2.000.000,00	3.371.745.447,13	3.889.252.616,86	76.419.417.524,84
Outras exigibilidades				
Compensação de cobrança - nossa remessa		53.589.156,84		
Compensação de cobrança - a devolver		973.911,73		
Compensação de cobrança - nossa remessa a regularizar		23.972,42		
Compensação - sua remessa		6.509.615.746,84		
Cheques e documentos a liquidar		1.361.065.712,32		
Cobrança efetuada, em trânsito		3.276.657.602,89		
Ordens de pagamento		836.316.838,99		
Correspondentes no país		88.067.668,29		
Departamentos e correspondentes no exterior - em moedas estrangeiras		2.505.129.030,18		
Departamentos e correspondentes no exterior - em moeda nacional		9.566.106,83		
Outras contas vinculadas a câmbio		12.242.605.422,26		
Departamentos no país		195.899.927,54		
Banco Central, conta de movimento		44.720.093.413,71		
Outras contas		4.057.153.110,22	75.864.337.701,06	
Obrigações (especiais)				
Reccebimentos de impostos estaduais e municipais		245.029.269,24		
Reccebimentos por conta do Tesouro Nacional		3.225.121.293,86		
Reccebimentos por conta de instituições previdenciárias federais e estaduais		2.604.485.633,99		
Caixa Econômica Federal - PIS		71.371.288,27		
Depósitos obrigatórios - FGTS		578.600.030,36		
Obrigações por refinanciamentos e repasses oficiais		28.434.117.828,65		
Fundo de investimentos setoriais - FISET		1.674.500.368,65		
Programa de formação do FASEP		14.265.614.746,62		
Imposto sobre operações financeiras		2.405.167,74		
Obrigações em moedas estrangeiras		7.125.553.743,88		
Outras contas		22.101.101.821,14	80.327.901.202,40	232.611.656.420,30

RESULTADO PENDEnte	12.440.611.553,60
CONTAS DE COMPENSAÇÃO	114.824.193.769,71
	382.043.214.747,53

Brasília (DF), 18 de junho de 1976. Gswaldo Roberto Colin - Presidente em exercício. CARTEIRA DE ADMINISTRAÇÃO - Olyntho Llavres de Campos - Diretor-Administrativo em exercício. CARTEIRA DE RECURSOS HUMANOS - Admon Ganem - Diretor. CARTEIRA DE FINANÇAS - Carlos Brandão - Diretor. CARTEIRAS DE CRÉDITO GERAL E RURAL - Amílcar de Souza Martins - Diretor da 1ª Região. José Aristophanes Pereira - Diretor da 2ª Região. Rodrigo Horácio Garcia da Costa - Diretor da 3ª Região. Mário Pacini - Diretor da 4ª Região. Antônio Arnaldo Gomes Taveira - Diretor da 5ª Região. Walter Peracchi Barcellos - Diretor da 6ª Região. Daniel Agostinho Faraco - Diretor da 7ª Região. Antônio Ferreira Álvares Silva - Diretor da Coordenação e Execução da Política de Crédito Rural. CARTEIRA DE CÂMBIO - César Dentas Bacellin Sobrinho - Diretor. CARTEIRA DE AGÊNCIAS E PARTICIPAÇÕES INTERNACIONAIS - Eduardo de Castro Heiva - Diretor. CARTEIRA DE COMÉRCIO EXTERIOR - Benedito Fonseca Moreira - Diretor. Lauro Rodrigues - Contador Geral - C.R.C.-RJ-23.441-5-S.-DF-315. CONSELHO FISCAL - Carloman da Silva Oliveira. Guilherme da Silveira Filho. João Jabour. José Mendes de Oliveira Castro. José Willemsens Júnior. Odetto de Castro Gouveia.

DOCUMENTO ILEGÍVEL

MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES

DEPARTAMENTO NACIONAL DE ESTRADAS DE RODAGEM

Procuradoria Geral

ENTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

(Artigo 51 do Decreto nº 72.140-73) Instrumento: Apostila PG-124-76 do Convênio de Delegação de Serviços de Estradas de Rodagem...

Atento a veracidade destes dados para publicação.

Rio de Janeiro, 4 de junho de 1976. Luiz Augusto Ferreira Correia - Chefe da 1ª Subprocuradoria.

Instrumento: Apostila PG-124-76, de Denúncia do Convênio de Delegação de Serviços de Estradas de Rodagem...

Partes: Departamento Nacional de Estradas de Rodagem e o Ministério do Exército, através da Diretoria de Vias de Transportes...

Atento a veracidade destes dados para publicação.

Rio de Janeiro, 4 de junho de 1976. Luiz Augusto Ferreira Correia - Chefe da 1ª Subprocuradoria.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA COMISSÃO DE FINANCIAMENTO DA PRODUÇÃO

Convênio que entra em vigor a partir de 1º de maio de 1976, referente ao ano de 1976...

Atento a veracidade destes dados para publicação.

TÉRMINOS DE CONTRATO

INFORMAÇÃO: Doutor Paulo Roberto Viana, contatado em 1976, para a elaboração de um projeto de pesquisa...

Clausula primeira - A finalidade do presente convênio é: encargos pelo UNICAP, através do seu Instituto de Matemática, Estatística e Ciências de Computação...

Clausula segunda - Qualquer das partes convencionadas poderá propor a outros projetos que se enquadrarem dentro do âmbito da cláusula anterior.

Clausula terceira - Os direitos e obrigações das partes convencionadas, específicos para cada projeto a ser executado, serão explicitados em contratos a serem firmados nas épocas oportunas.

Clausula quarta - O prazo de vigência do presente convênio será indeterminado e dos contratos mencionados na cláusula anterior serão próprios estabelecidos.

Clausula quinta - Qualquer contrato originado através deste convênio será resolvido automaticamente, independentemente de qualquer intervenção judicial ou extrajudicial...

Clausula sexta - Qualquer das partes, a qualquer tempo, poderá, livremente, denunciar o presente instrumento desde que o faça por escrito e com a antecedência mínima de trinta (30) dias da data em que cessará a sua vigência.

Clausula sétima - Este convênio será publicado no Diário Oficial da União correndo as despesas com a referida publicação por conta da CNP.

Clausula oitava - Para dirimir quaisquer dúvidas oriundas da execução do presente instrumento, bem como nos casos de emissão, fluxo e fluxo da cidade de Brasília, Distrito Federal, com renúncia a qualquer outro.

Para este fim, acordamos, firmamos o presente em cinco (05) vias de uma só teor e para o mesmo efeito legal, na presença de duas testemunhas.

Carapicaba, 19 de junho de 1976. Paulo Roberto Viana. - Zeferino Vaz. - O. nº 43

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA

Contrato de Locação de Serviços que fazem parte do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA e a firma Organização Salarial de Serviços Gerais Ltda., no juízo cível.

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, Autarquia vinculada ao Ministério da Agricultura, criada pelo Decreto-lei nº 1.112, de 9 de julho de 1970, havendo denominado simplesmente...

INFORMAÇÃO: Neste ato representado pelo Sr. Paulo Roberto Viana, Diretor de Administração, Diretor de Recursos Humanos, por meio de uma procuração...

Clausula primeira - O objeto deste é o prestação de serviços de mão-de-obra, de 25 (vinte e cinco) servidores e 09 (nove) monitores para serviços de conservação, limpeza e atividades burocráticas...

Edifício Venâncio da Silva - 3º e 8º andares; Edifício Venâncio II - Sala 203-012;

Edifício Venâncio II - Lojas 01, 14, 23, 25, 51 e 60 (1º e 2º subsolo); S.G.O. (Setor de Garagens Oficiais), Quadra 04 - Lote 7-6 - Garagens e Oficinas; Edifício Miguel Dadya - 88 salas.

Clausula segunda - Os serviços a serem executados estão assim discriminados:

Diariamente - Varrição geral em todas as dependências, com retirada de lixo e papéis usados; limpeza geral das instalações sanitárias, com desinfecção; espançagem geral dos móveis e utensílios com passagem de favela ligeiramente umedecida sobre o mesmo; arrastagem dos pisos tapetados, poltronas, capachos, persianas, cortinas, etc.; limpeza dos "hall's" das elevadores; limpeza das guardanets das cadeiras, mesas, etc.; limpeza de metais, cintos, perfis, canos de drenagem, colchetes de papéis, pedra-mármore, sacos de basaltos;

Semanalmente - Embracemento dos pisos precedido de raspagem, sempre que necessário; limpeza de vidros internos e externos; limpeza de esquadrias, portas, janelas, varagem e limpeza das bancadas e lavabos; limpeza dos ventiladores e dos fornos de poltronas (em plástico ou vulcanizado); limpeza de manufaturas das paredes, portas, janelas, etc.);

Quinzenalmente - Limpar as paredes e aparelhos de iluminação; passar óleo nos móveis e tratar o lençóis com material adequado.

1º Os serviços acima especificados deverão ser executados a partir das 16:00 horas;

2º Durante o expediente deverá permanecer em cada andar, pelo menos um servente para conservação da limpeza.

Clausula terceira - Cumprida a Saturno fornecido: papel higiênico, papel toalha, desinfetante e sabonete líquido para abastecimento de todos os sanitários e lavabos, estabelecidos também a instalação e manutenção de antecâmara e de celas para uso do papel toalha, sendo que todo o material necessário aos serviços de limpeza e conservação deverá ser de primeira qualidade.

Parágrafo único - Todas as despesas com material de limpeza, água, energia e utensílios necessários à execução dos serviços, bem como salários de empregados, impostos, etc., deverão exclusivamente a cargo do Saturno que terá inteira responsabilidade por quaisquer incidentes que ocorrerem durante o curso do contrato...

Para o mês de maio de 1976, indenizações etc. Os dados estatísticos relativos ao período de maio de 1976...

Clausula quarta - A vigência deste é de 12 (doze) meses, a partir de 17 de maio de 1976, mediante automaticamente prorrogado por mais 12 (doze) meses, se até 09 (nove) dias antes do seu vencimento não houver sido feita a sua renovação...

Clausula quinta - O INCRA pagará a cada mês para execução dos serviços de limpeza o preço total mensal: a) por contrato, a importância de R\$ 1.500,00 (um mil, quinhentos e cinquenta reais);

Clausula sexta - O preço a ser pago pelo INCRA para execução dos serviços de limpeza o preço total mensal: a) por contrato, a importância de R\$ 1.500,00 (um mil, quinhentos e cinquenta reais); b) para o mês de maio de 1976, o preço total mensal de R\$ 1.500,00 (um mil, quinhentos e cinquenta reais); c) para o mês de junho de 1976, o preço total mensal de R\$ 1.500,00 (um mil, quinhentos e cinquenta reais);

Clausula sétima - O preço a ser pago pelo INCRA para execução dos serviços de limpeza o preço total mensal de R\$ 1.500,00 (um mil, quinhentos e cinquenta reais);

Clausula oitava - As despesas decorrentes do presente contrato correrão a conta da Autarquia S.G.O. 01.01.12.1.165 - Fomento do Despesa 0183 - Serviços de Terceiros.

Clausula nona - No caso de Saturno recusar-se a fazer os serviços objeto do contrato ou não as condições e especificações determinadas, poderá o INCRA, sem prejuízo das penalidades previstas em lei, aplicar-lhe as seguintes sanções a seu critério, quando a situação da falta assim justificar:

a) multa de 1% (um por cento) no dia sobre o valor do faturamento mensal;

b) rescisão do contrato;

c) suspensão do direito de licitar, por prazo a ser fixado;

d) cancelamento de sua inscrição como fornecedor da Autarquia declarando-a inidônea.

Parágrafo único - As penalidades que venham a ser aplicadas a Saturno só poderão ser realizadas mediante justificativa a contento, por escrito, a critério da Administração do INCRA.

Clausula décima - Independentemente de intervenção judicial ou extrajudicial, com qualquer indenização por parte do INCRA, será rescindido este contrato se a Saturno:

a) transferir as tarefas objeto deste contrato, no todo ou em parte;

b) falir ou entrar em liquidação, concordata ou dissolução;

c) impedir ou embaratar de alguma forma a fiscalização que o INCRA se reserva o direito de exercer;

d) deixar de cumprir qualquer cláusula ou condição de compromisso assumido, inclusive as estipulações do processo INCRA-BR-Nº 148-75 as quais ficam fazendo parte integrante deste contrato.

Clausula décima-primeira - Nenhuma vinculação empregatícia existirá, a qualquer momento, entre o INCRA e os empregados destinados pela Saturno.

Clausula décima-segunda - Os convencionados e/ou o fideiussor do presente Distrito Federal, para quaisquer questões que deste contrato se originarem, não resolverá administrativamente.

E, por estarem assim justos e contratados, assinam o presente, depois

de Ilho e secho conforme em 19 (dezoito) dias para uma lá cefala, viciada de...

MINISTERIO DA EDUCACAO E CULTURA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

Concordo que... em nome do R.D. de...

A Universidade Federal do Rio de Janeiro, através da Universidade de Brasília, possui jurídica do Estado...

Clausula Primeira - O Contrato obriga-se a fazer a obra "Linhação em Clientela"...

Clausula Segunda - O Contratado receberá a quantia de Cr\$ 72.000,00 (setenta e dois mil cruzeiros)...

Clausula Terceira - O pagamento da importância de Cr\$ 72.000,00 (setenta e dois mil cruzeiros) a que se refere a cláusula segunda será efetuado...

Parágrafo Único - O Contratado entrará com a quantia de Cr\$ 2.000,00 (dois mil cruzeiros) para perfazer o valor total da obra...

Clausula Quarta - O Contratado obriga-se a fazer cumprir na obra, contratação e proficiência da obra...

Clausula Quinta - O Contratado terá a responsabilidade de garantir a segurança...

Clausula Sexta - O Contratado terá a responsabilidade de garantir a qualidade...

Clausula Setima - O Contratado terá a responsabilidade de garantir a entrega...

Clausula Oitava - O Contrato será assinado em duas vias...

Para estarem justas e contentes, mandam datilografar esta em 3 vias, que vão assinadas pelas partes...

Rio de Janeiro, 23 de Junho de 1975. - R.D. Flávia - Apud do Amador. - Notário Telo. - R.D. Carlos Corp.

MINISTERIO DO INTERIOR COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO VALE DO SAO FRANCISCO

Constituído no 11-76, que entre si constituem a Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco - CODEVASF e a Companhia Brasileira de Armazenamento - CIBRAZEM, para construção e operação de um armazém...

Clausula Primeira - Do Objeto - O presente Contrato, tem como objetivo, construir em Itapicoba (CE), um armazém com capacidade de 100.000 (cem mil) sacos...

Clausula Segunda - Da Supervisão - A Supervisão do andamento dos trabalhos e o estabelecimento da forma de utilização dos recursos...

em suas respectivas que deverão, de acordo com...

Clausula Terceira - O Contrato será assinado em duas vias...

Para estarem justas e contentes, mandam datilografar esta em 3 vias...

Rio de Janeiro, 23 de Junho de 1975. - R.D. Flávia - Apud do Amador. - Notário Telo. - R.D. Carlos Corp.

II DA CIBRAZEM

a) fornecer todo o "know how" de que dispõe em termos técnicos de construção de armazém;

Parágrafo Único. Será a CODEVASF executar para a CIBRAZEM, todos os compromissos...

Felo presente instrumento, de um lado a Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco...

MINISTERIO DA AGRICULTURA - INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZACAO E REFORMA AGRARIA

Coordenação Regional dos Projetos Fundiários do Estado do Pará e Território Federal do Amapá - CRPE/PA-AP

Com prazo de 60 (sessenta) dias

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCA, para Coordenação Regional dos Projetos Fundiários do Estado do Pará e Território Federal do Amapá...

Clausula Quinta - De Duração - A duração do contrato será de...

Clausula Sexta - De Pagamento - O pagamento será efetuado...

Clausula Setima - De Rescisão - O presente Contrato poderá ser denunciado...

Clausula Oitava - Da Validade - O presente Contrato só terá validade após ser aprovado pelo Director Executivo da CODEVASF.

Clausula Nona - Da Publicação - A CODEVASF providenciará a publicação do presente Contrato no Diário Oficial da União...

Clausula Décima - Do Foro - Para todos os efeitos de direito, o foro do presente Contrato será o do Município de Belém...

Parágrafo Único. Será a CODEVASF executar para a CIBRAZEM, todos os compromissos...

Rio de Janeiro, 23 de Junho de 1975. - R.D. Flávia - Apud do Amador. - Notário Telo. - R.D. Carlos Corp.

EDITAIS E AVISOS

reito a qualquer porção de terras situadas dentro do perímetro com direito a qualquer porção de terras...

Memorial Descritivo

Parágrafo de cruzamento da Rodovia BR-101 (Belém-Brasília) com o parcelamento de lotes...

Parágrafo de cruzamento da Rodovia BR-101 (Belém-Brasília) com o parcelamento de lotes...

até a intersecção com o meridiano de longitude 5900' Oeste; desse ponto, segue-se, em linha reta, na direção Sul, por esse meridiano, até a sua intersecção com o paralelo de latitude 9°29' Sul, por onde se segue, em linha reta, na direção Leste, até sua cruzamento com a Rodovia BR-63, ponto de partida do presente Memorial.

A área contida nos limites descritos é de aproximadamente 1.100.000 hectares, tomando-se como referência o Mapa Rodoviário do Estado do Pará, edição de 1973, publicado pelo DER na escala de 1:2.000.000.

Altamira, PA, 1 de junho de 1976. — **Delmiro dos Santos**, Coordenador Regional CRPF-PA-AP — Port. número 1.350-75. — **Vanildo Xavier Correia**, Eng. Agr. — CREA 4.501-D 2ª Região — Membro Técnico da CRPF-PA-AP.

MINISTÉRIO DA FAZENDA

BANCO CENTRAL DO BRASIL Departamento de Administração de Recursos Materiais

COMUNICADO DEMAP N.º 82

O Banco Central do Brasil comunica que fará realizar a Tomada de Preços DEMAP n.º 76-20, cujo Edital assim se resume:

Objeto — Fornecimento e instalação de aparelhos de ar condicionado do tipo "Self Container".

Documentação e propostas — Serão recebidas no dia 23 de julho de 1976, às 15,00 horas — Edifício Palácio da Agricultura — sobreloja — Setor Bancário Norte, em Brasília (DF).

Habilitação — As firmas interessadas poderão inscrever-se no Cadastro dos Fornecedores do Banco Central até o dia 9-7-76.

Cópia do Edital e informações — Diariamente, das 9,30 às 11,30 horas, com o Secretário-Executivo da Comissão Permanente de Licitações, em Brasília (DF), e, nos demais locais, através de delegações, com os Adjuntos dos Delegados Regionais:

Brasília (DF) — SEN, Edifício Palácio da Agricultura — 10.º andar.

Belém (PA) — Avenida Presidente Vargas n.º 303 — 3.º andar.

Fortaleza (CE) — Avenida Hericito Graça n.º 406 — 4.º andar.

Recife (PE) — Rua Siqueira Campos n.º 363.

Salvador (BA) — Avenida Estados Unidos n.º 28 — 7.º andar.

Ecio Horizonte (MG) — Rua dos Tupinambás n.º 360.

Rio de Janeiro (RJ) — Avenida Presidente Vargas n.º 31.

São Paulo (SP) — Avenida Paulista n.º 1682.

Curitiba (PR) — Rua XV de Novembro n.º 631.

Porto Alegre (RS) — Avenida Alberto Bins, n.º 313.

Brasília, 16 de junho de 1976. — Comissão Permanente de Licitações.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

COLÉGIO PEDRO II Diretoria Geral

TOMADA DE PREÇOS N.º 19, DE 1976

De ordem do Diretor-Geral do Colégio Pedro II está aberta, nesta data, a Tomada de Preços n.º 19, de 1976 relacionada com a construção parcial do Campus 31 de março, constante de contenção, urbanização e construção

de um Castelo d'água, obras elétricas e demais serviços, na parcela da Rua Lopes Ferraz (lote interno da Sede do Externato Frei de Guadalupe — Campo de São Cristóvão, 177).

Convoca a atender os interessados para o Edital da Tomada de Preços n.º 19, de 1976, que se acha à disposição de todos, na Sede dos Serviços Gerais da Autarquia Colégio Pedro II — Campo de São Cristóvão, 177, nos dias úteis, das 8 às 16 horas.

A habilitação preliminar (entrega de documentação e proposta) será realizada no dia 22 (vinte e dois) de julho próximo, às 10 (dez) horas.

A abertura dos envelopes será precedida com a entrega de todos os licitantes inscritos no dia 22 (vinte e dois) de julho próximo, às 10 (dez) horas, no Edifício da Diretoria-Geral — Pavilhão Almirante Augusto Roderer — Campo de São Cristóvão, 177 — RJ.

Rio de Janeiro, 21 de junho de 1976 — **Eliel Aureliano Silva**, Secretário.

MINISTÉRIO DO INTERIOR

DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS DE SANEAMENTO

CONCORRÊNCIA N.º 69-76

O Chefe do Núcleo Executivo de Licitações — NEL do Departamento Nacional de Obras de Saneamento — DNOS, comunica, que às 15 horas do dia 4 de agosto de 1976, na Sede do DNOS, será realizada uma concorrência destinada à execução das obras de captação, adução e distribuição de água do sistema público da cidade de Boa Vista, no Território Federal de Roraima, 1ª Diretoria Regional do DNOS (1ª DRS), de acordo com o convênio firmado com o Grupo do referido Território e a SUDAM, com intervenção da BASA e da Secretaria do MINTER.

As firmas interessadas poderão obter informações no NEL e adquirir o Edital com a Especificação n.º 69-76 na Divisão Financeira, localizadas na Sede do DNOS, a Av. Presidente Vargas n.º 62, na cidade do Rio de Janeiro — RJ., ou na Sede da 1ª DRS, situada no km 2,6 da Estrada de Aleixo, em Manaus, Estado do Amazonas. — **Alfredo Eduardo Robinson Aldridge Carmo** — (Resp. pela Chefia do Núcleo Executivo de Licitações)

ATA N.º 48-76

Ata da reunião da Comissão Geral de Licitações, para recebimento dos envelopes de documentação e de proposta da Concorrência n.º 48-76, referente ao fornecimento de tubos, conexões e peças especiais de PVC, destinados à Captação, Adução, Reservação e Distribuição do Sistema Público de Abastecimento de Água da cidade de Boa Vista, Território Federal de Roraima, 1ª Diretoria Regional do DNOS (1ª DRS) conforme Avisos publicados no Diário Oficial da União (Seção I — Parte II) do dia 4 de maio de 1976, página 1830, e órgãos de divulgação da cidade do Rio de Janeiro — RJ. "O Globo" e "Jornal do Brasil" do dia 3 de maio de 1976.

As quinze horas do dia sete de junho de mil novecentos e setenta e seis, reuniu-se, na Sede deste Departamento, sito à Avenida Presidente Vargas n.º 62, 7º andar, cidade do Rio de Janeiro, a Comissão composta pelo Eng. Alfredo Eduardo Robinson Aldridge Carmo como Presidente, pelo Procurador Ayrton Manoel D'Avila, pelos Engenheiros Francisco José Teixeira Machado e Albert Amand de Berredo Bottentul, Membros da Co-

missão e pelo Agente Administrativo LT-SA-201.4 Maria Alice Ramos, servindo de Secretária.

Declarada aberta a sessão, o Senhor Presidente esclareceu aos presentes que a Comissão iria receber os envelopes contendo documentação e proposta, referentes ao Edital da Concorrência n.º 48-76, tendo acompanhado e entregue os envelopes aos representantes das firmas "ATLAM" e "Fornecedor do Comércio e Indústria S.A.", que a relação apresentada não indicava os documentos exigidos no Inciso II e no Inciso III letra "c", ambos do capítulo III do Edital, tendo a representante da citada firma examinado a referida documentação e constatado a falta dos mencionados documentos. Em seguida, o Senhor Presidente colocou toda a documentação à disposição dos representantes das firmas participantes e indagou dos mesmos se desejavam fazer alguma declaração para constar da Ata da reunião. Não havendo declarações, o Senhor Presidente comunicou que a Comissão iria efetuar posteriormente o exame da documentação, e convocou os representantes das firmas concorrentes para nova reunião no mesmo local às quinze horas do dia dez de junho

de 1976. Após rubricados os envelopes das propostas a Comissão procedeu à abertura dos envelopes de documentação, efetuando a verificação numérica dos documentos apresentados, tendo o Senhor Presidente informado a representante da firma "ATLAM" Fornecedor do Comércio e Indústria S.A., que a relação apresentada não indicava os documentos exigidos no Inciso II e no Inciso III letra "c", ambos do capítulo III do Edital, tendo a representante da citada firma examinado a referida documentação e constatado a falta dos mencionados documentos. Em seguida, o Senhor Presidente colocou toda a documentação à disposição dos representantes das firmas participantes e indagou dos mesmos se desejavam fazer alguma declaração para constar da Ata da reunião. Não havendo declarações, o Senhor Presidente comunicou que a Comissão iria efetuar posteriormente o exame da documentação, e convocou os representantes das firmas concorrentes para nova reunião no mesmo local às quinze horas do dia dez de junho

de 1976. Após rubricados os envelopes das propostas a Comissão procedeu à abertura dos envelopes de documentação, efetuando a verificação numérica dos documentos apresentados, tendo o Senhor Presidente informado a representante da firma "ATLAM" Fornecedor do Comércio e Indústria S.A., que a relação apresentada não indicava os documentos exigidos no Inciso II e no Inciso III letra "c", ambos do capítulo III do Edital, tendo a representante da citada firma examinado a referida documentação e constatado a falta dos mencionados documentos. Em seguida, o Senhor Presidente colocou toda a documentação à disposição dos representantes das firmas participantes e indagou dos mesmos se desejavam fazer alguma declaração para constar da Ata da reunião. Não havendo declarações, o Senhor Presidente comunicou que a Comissão iria efetuar posteriormente o exame da documentação, e convocou os representantes das firmas concorrentes para nova reunião no mesmo local às quinze horas do dia dez de junho

Revista Trimestral de Jurisprudência do Supremo Tribunal Federal

Volume 74 ** — Novembro de 1975

PREÇO: Cr\$ 25,00

A VENDA

Na Cidade do Rio de Janeiro
Posto de Venda — Sede:
Avenida Rodrigues Alves, n.º 1

Posto de Venda I:
Ministério da Fazenda

Posto de Venda II:
Palácio da Justiça —
3º pavimento — corredor D
— Sala 311

Atende-se a pedidos pelo Serviço de Recolmo Postal

— Em Brasília

Na sede do D.I.N.

de corrente ano, quando a Comissão apresentará seu Parecer sobre a habilitação dos participantes, conforme convênios e item quatro, Capítulo III, do Edital convocatório.

Nada mais ocorrendo, o Senhor Presidente encorreu a sessão às quinze horas e trinta minutos, autorizando, como Secretária, a Javira A. presente Ata, que vai por mim assinada e pelos Membros da Comissão.

Rio de Janeiro, sete de junho de mil novecentos e setenta e seis. — **Maria Alice Ramos**, Secretária. — **Alfredo Eduardo Robinson Aldridge Carmo**, Presidente. — **Francisco José Teixeira Machado**, Engenheiro Membro. — **Albert Amand de Berredo Bottentul**, Procurador Membro.

ATA N.º 51-76

Ata da reunião da Comissão Geral de Licitações, para recebimento dos envelopes de documentação e de proposta da Concorrência n.º 51-76, referente ao fornecimento de tubos, conexões e peças especiais de ferro fundido destinadas à Captação, Adução, Reservação e Distribuição do Sistema Público de Abastecimento de água da cidade de Boa Vista, Território Federal de Roraima, 1ª Diretoria Regional do DNOS (1ª DRS), conforme Avisos publicados no Diário Oficial da União (Seção I — Parte II) do dia 4 de maio de 1976, página número 1.830, e nos órgãos de divulgação da cidade do Rio de Janeiro — RJ. "O Globo" e "Jornal do Brasil" de 3 de maio de 1976.

As onze horas do dia sete de junho de mil novecentos e setenta e seis, reuniu-se na Sede deste Departamento, sito à Avenida Presidente Vargas n.º 62, 7º andar, na cidade do Rio de Janeiro, a Comissão composta pelo Eng. Alfredo Eduardo Robinson Aldridge Carmo como Presidente, pelo Procurador Ayrton Manoel D'Avila pelos Engs. Francisco José Teixeira Machado e Albert Amand de Berredo Bottentul, Membros da Comissão e pelo Agente Administrativo LT-SA-201.4 Maria Alice Ramos, servindo de Secretária.

Declarada aberta a sessão, o Senhor Presidente esclareceu aos presentes que a Comissão iria receber os envelopes contendo documentação e proposta, referente ao Edital da Concorrência n.º 51-76, tendo acompanhado e entregue os envelopes, o representante da firma Companhia Metalúrgica Barbard.

Dando continuidade aos trabalhos, a Comissão e o representante da firma participante, rubricaram devidamente o envelope lacrado da proposta apresentada, tendo o Senhor Presidente informado que o envelope permanecerá fechado sob a guarda da Comissão, conforme determina o Edital da Concorrência n.º 51-76.

Após rubricado o envelope da proposta, a Comissão procedeu à abertura do envelope de documentação, efetuando a verificação numérica dos documentos apresentados. Em seguida, o Senhor Presidente comunicou que a Comissão iria proceder posteriormente ao exame da documentação, e convocou o representante da firma concorrente para nova reunião no mesmo local às onze horas do dia dez de junho do corrente ano, quando a Comissão apresentará seu Parecer sobre a habilitação do participante, conforme estabelecido no item quatro, do Capítulo III, do Edital convocatório.

Nada mais ocorrendo, o Senhor Presidente encorreu a sessão às onze horas e trinta minutos, autorizando-me como Secretária a Javira A. presente Ata que vai por mim assinada e pelos Membros da Comissão.

Rio de Janeiro, sete de junho de mil novecentos e setenta e seis. — **Maria Alice Ramos**, Secretária. — **Alfredo Eduardo Robinson Aldridge Carmo**, Presidente. — **Francisco José Teixeira Machado**, Engenheiro Membro. — **Albert Amand de Berredo Bottentul**, Procurador Membro. — **Ayrton Manoel D'Avila**, Procurador Membro.